



## Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

### **A LITERATURA DE EXALTAÇÃO NACIONALISTA SOB OS FILIPES. A POESIA ÉPICA.**

CIDADE, Hernâni

Ano: 1940 | Número: 50a

---

#### **Como citar este documento:**

CIDADE, Hernâni, A Literatura de exaltação nacionalista sob os filipes. A poesia épica. *Revista de Guimarães*, Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940, p. 107-121.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# A : LITERATURA : DE : EXAL- TAÇÃO : NACIONALISTA : SOB OS : FELIPES A • POESIA • ÉPICA

PELO DR. HERNÂNI CIDADE

PROFESSOR DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



PERDA da independência política, em 1580, não amorteceu, antes intensamente reavivou, sob a forma de incontínente orgulho nacionalista, a autonomia espiritual dos portugueses, em que tal independência radicava. Sob as aparências mais correctas de submissão aos Felipes, mesmo de envólta com as homenagens da mais florida retórica que lhes eram prestadas, lateja e surpreende-nos a cada passo o sentimento de que os accidentes da vida nacional apenas nos *ligavam*, sem nos *unir*, ao país vizinho, e de que em tal *ligação*, determinada pela legitimidade dinástica, não é afectada a independência essencial, criada

por quatro séculos de história. Este sentimento floresce, durante os 60 anos de submissão a Espanha, em aspectos vários da vida de acção como da vida espiritual, até frutificar, em 1640, no movimento que nos restituiu à plena posse desta *antiga casa lusitana*. Seria fácil, além de gratíssimo, se não fôsse escasso o tempo, rastrear através dos 60 anos de domínio felipino, nas ciências teológico-jurídicas, na literatura de erudição ou imaginação, o frequentíssimo aflorar, sob várias formas, desta magnífica seiva de vida nacional. Sinto não dispor mais do que do tempo de esboçar — e parcelarmente, apenas atentando na poesia épica — o estudo que seria necessário fazer.

Seja esta a minha modesta colaboração no número que a *Revista de Guimarães* vai consagrar ao *Duplo Centenário* — e a homenagem da minha simpatia para com a Sociedade Martins Sarmiento, sinédrio do mais puro nacionalismo, que é o que se afirma na preferência do trabalho persistente e sereno às exhibições ruídas e efémeras.

## REVISTA DE GUIMARÃES

Eis os poemas publicados entre 1580 e 1640:

- 1588 — *Elegiada*, de Luís Pereira Brandão;
- 1609 — *O Condestabre de Portugal*, de Francisco Rodrigues Lobo;
- 1611 — *Affonso Africano*, de Vasco Mousinho de Quevedo Castelo Branco;
- 1618-1673 — *Espanha Libertada*, de D. Bernarda Ferreira de Lacerda;
- 1623 — *Novissimos do Homem*, de D. Francisco Child Rolin de Moura;
- 1625 — *Poema del Angelico Doctor Sancto Thomaz*, de Manuel Tomás;
- 1634 — *Malaca Conquistada*, de Francisco de Sá de Meneses;
- 1635 — *Insulana*, de Manuel Tomás;
- 1636 — *Ulysséa*, do Dr. Gabriel Pereira de Castro;
- 1638 — *El Macabeo*, de Miguel da Silveira;
- 1640 — *Ulyssipo*, do Dr. António de Sousa Macedo.

Podemos dividir tôda esta produção, segundo o ângulo crítico sob que a vamos estudar, em três categorias:

Poemas sôbre *assuntos de interesse ecuménico*: — *Novissimos do homem*, *Poema del Angelico Doctor* e *El Macabeo*;

Poemas sôbre *assunto de interesse hispânico*: — *Espanha Libertada*;

Poemas de inspiração exclusivamente patriótica, de *interesse apenas nacional* — e seriam os 8 restantes, sem mais destrinça, se o poema de Vasco Mousinho de Quevedo não desdobrasse uma alegoria de misticismo cristão, e assim de universal interesse (é sabido que a conquista de Ceuta é a alegoria da conquista da alma a Satanaz), e se *El Macabeo*, cujo herói visiona, em sonho profético, a história de Portugal, não se aparentasse, por ela, à terceira categoria de que falamos.

De qualquer modo, temos, como ficou patente, uma poesia épica predominantemente suscitada por motivos patrióticos, dirigida — *espontaneamente dirigida*, para que não haja confusões... — por intuitos de exaltação nacionalista.

Não ignoro o que é preciso descontar no aparente significado do nacionalismo expresso por tal género de poesia. O poema épico era, em primeiro lugar, a expressão superior desta forma de arte, a que mais dignificava o poeta; em segundo lugar, pelo que encerrava de *acção* de interesse comum, a que melhor poderia empolgar a atenção e conquistar o público leitor; em terceiro lugar, o sucesso dos *Lusíadas*, que, sob o domínio felipino, continuavam a despertar admirações e a tentar editores, era natural constituisse permanente estímulo de criações do mesmo género. Acrescente-se a isto que o poema épico era tanto mais de empreender, quanto, para conquistar o aplauso dos leitores, muito mais não era necessário do que aplicar as receitas que Aristóteles e Horácio tinham preceituado e de que numerosos mestres greco-latinos haviam legado modelos que se julgavam definitivos. Bastava que a obra fôsse uma hábil *construção do engenho culto*, não sendo necessário que constituisse uma *criação do espírito poético*. Aquela atmosfera de emoção colectiva, criadora de mitos de essência épica, condição única da vida perdurável do poema, ninguém a concebía como necessária; bastava a fria curiosidade do público reduzido, que à literatura ia

## A ÉPICA PORTUGUÊSA SOB OS FELIPES

buscar, não mais clara consciência do mundo e da vida ou mais fortes exemplos de dinamismo, senão somente, ou sobretudo, distração amável de horas repousadas, no enlévo das criações de uma imaginação que se preferia mais artística do que poética.

Feito, porém, tal desconto, muito resta ainda, na produção épica realizada sob a dominação felipina, de singular e surpreendente. Como obedecendo a directriz secreta, que de longe fôsse preparando a restituição integral de Portugal aos portugueses e evitando por tôdas as formas que a comunidade de certos interesses políticos se generalizasse a todos os interesses espirituais, a poesia épica, pelo assunto que trata como pela maneira de o tratar, é uma das mais impressionantes afirmações e, se bem que indirectamente, um dos mais sugestivos apostolados da orgulhosa independência da nação, sob a forçada dependência do estado.



E quanto à maneira como os assuntos são tratados, é significativo, por exemplo, este facto: em geral, a-pesar do bilinguismo reinante, os poetas preferem a língua nacional. Exceptuam-se a *España Libertada*, o *Poema del Angelico Doctor Santo Thomaz* e *El Macabeo*. D. Bernarda Ferreira de Lacerda, porém, impõe-se a obrigação de explicar porque escreve em castelhano. Nessa explicação, tal como tinha sucedido com Jorge de Montemor, na *Diana*, e havia de suceder dentro de alguns anos com o Dr. Sousa de Macedo, que em castelhano escreveu também o livro de mais desmesurado orgulho nacionalista do século — *Flores de España, Excelencias de Portugal* — denuncia a escritora o mesmo comum sentimento de autonomia espiritual, nalguns esclarecido em consciência de superioridade omnimoda, no conjunto hispânico:

Y tu, mi patrio reyno Lusitano,  
Que de muchos de Europa eres corona,  
Si por escribir esto en castellano  
He dexado tu lengua, me perdonna;  
Que es el origen de la Historia hispano  
Y quieré que mi Musa, pues la entona,  
Tambien a lo hespañol vaya vertida,  
Para ser mas vulgar y conocida.

Confieso de tu lengua que merece  
Mejor lugar despues de la Latina,  
Con que en muchas palabras se parece,  
Y es como ella de toda historia dina.  
Empero el ser tan buena la escurece,  
Y assi la estraña gente nunca atina  
Con su pronunciacion y dulces modos  
Y la Hespañola es fácil par todos.



## REVISTA DE GUIMARÃES

Prefere-se o espanhol porque é *fácil para todos*. Para comunicar ao mundo a admiração pelas façanhas dos heróis portugueses; para mostrar-lhe a superioridade portuguesa nas várias competições da vida de acção como da vida de pensamento; ou apenas—e é o caso de Montemor—para garantir de voga mundial, perduração mundial através dos séculos, uma grande criação artística, melhor servia—pensava-se—a universalidade europeia do espanhol do que o âmbito confidencial do português.

Mas—voltando à poesia épica—¿que herói e que façanhas se julgava oportuno celebrar, no momento histórico da nossa submissão a Castela? ¿Porventura os que serviriam interesses hispânicos ou universais? ¿os que melhor propiciariam, pelo exemplo da comunhão do ideal e da convergência do esforço, a gradual destruição da fronteira moral e política que separava os dois povos?

—Predominantemente os de significado contrário.

É bem eloquente a lição desta mesma Bernarda Ferreira de Lacerda. O assunto do seu poema é a libertação de Espanha do poder mauritano—ensejo, como se vê, dos mais adequados a exaltar a colaboração dos dois povos na realização de ideal que os unira. Pois não o aproveitou. A sua longuíssima crónica rimada (felizmente não levada a cabo porque, pela morte da autora, a nós igualmente os fados *libertaram* da pena de a ler), mesmo poetando de acontecimentos anteriores à fundação da monarquia, não acentua mais os momentos de fraternidade nas armas de que os dissídios políticos e as tendências separatistas.

Em tempo de D. Fernando, o Santo, há dois Rodrigues de que o rei se orgulha,

Frojaz uno, otro Cid por sobrenombre;  
Ambos del mundo todo maravilla,  
*Y honra de Portugal y de Castilla.*

Es portugues Rodrigo y Castellano  
De quien tembló el orgullo mauritano.

Mas o lusitanismo da autora não só se revela no facto de aos tempos de unidade política de uma Espanha que batalhava, sob o mesmo cetro, contra o inimigo comum, ir exemplificar, no paralelismo da acção, o dualismo rival da glória. Exprime-se nos dissídios castelhano-portugueses que ela se compraz em encontrar na história e em pôr de manifesto no poema.

É sabido que, morto D. Fernando, foi o reino dividido pelos seus três filhos—Sancho, Afonso e Garcia, que herdaram, respectivamente, Castela, Leão e Astúrias, e Galiza. A Garcia

## A ÉPICA PORTUGUÊSA SOB OS FELIPES

... todo Portugal le desamava,  
Pues de su natural codicia ciego,  
Con tributos muy grandes le oprimia  
Y a ningun Portugues favorecia.

Tributos de dinheiro e tributos de sangue. Aproveita-se Garcia, em suas lutas, das forças portuguezas, que, mal feita a paz, logo *deshecha*, ingratamente:

E pasan fodos vida tan estraña,  
Que pudiera mover otras naciones  
A no seguir su Rey, por estes males.  
Pero los portugueses son leales.

Ei-los, finalmente, em luta entre si, os *libertadores da Espanha*. D. Bernarda de Lacerda, minuciosa como um cronista, nem ao título e ao objectivo (?) do poema quis sacrificar a realidade histórica que nêles não cabia... Defrontam-se na refrega os castelhanos de D. Sancho com os portuguezes de D. Garcia. Tem o primeiro a seu lado D. Rodrigo de Bivar, o Cid; tem o segundo o herói português D. Rodrigo Frojaz. Resultado:

Quedan los lusitanos vencedores.  
Y el contrario estandarte se les humilla.

A-pesar do êxito, Frojaz é, finalmente, morto. Quando o vê por terra, explode D. Sancho neste rompante de alegria, que é ao mesmo tempo o grito nacionalista de D. Bernarda, a-pesar de tôda reverente perante o *Rei Católico das Espanhas, terceiro dêste número*, a quem dedica o poema:

— Bien podeis alegrarvos y commigo,  
Que en my reyno hé de ser restituydo,  
Pues vive el Cid y es muerto D. Rodrigo.

Se desta guisa, num poema em que o assunto obrigava à selecção dos episódios históricos de fraternidade nas armas, de conjugação de esforços contra o inimigo comum, a autora dá expressão às divergências autonomistas que nos levaram à independência política, já se deixa adivinhar como, nos poemas de matéria exclusivamente nacional, não ficarão sem relêvo as lutas que de tal divergência denunciavam a continuidade, avivando e acrescentando os motivos.

Percorramo-los rapidamente — e sem esquecer que, a-pesar do título, incluye assunto de história portugueza o poema *Macabeo*, de Silveira.

Vem desde as origens até Felipe III a história que o herói profeticamente visiona. É preciso dizer que é o único que o faz com meticolosa cautela ante as susceptibilidades espanholas, bem vivas decerto na pessoa a quem dedica o livro —

## REVISTA DE GUIMARÃES

D. Pedro Perez de Gusmão, Conde de Niebla. As guerras de Portugal com Castela quasi por completo são d'ele rasuradas; e isto se completa, juntando à galeria dos heróis lusos, Felipe III e o Conde Duque de Olivares...

A atitude de Silveira, de aceitação e conformidade em face de um governo estranho, no momento em que elle mais se mostrava intolerável, melhor evidencia, pelo contraste, o valor moral dos poetas que, contemporaneamente, é logo desde quando ainda eram respeitadas as cláusulas do juramento de Felipe II, por vários modos procuraram avivar a consciência da autonomia, indirectamente animando o impulso da divergência...

Passemos em claro a *Elegiada*, de Pereira Brandão, assim como a *Insulana*, de M. Tomás. A primeira, publicada 8 anos após a entronização de Felipe I em Lisboa, e dedicada ao Cardinal Alberto, Arquiduque da Áustria e Governador dos Reinos de Portugal, contenta-se de rimar a história da vida, derrota e morte de D. Sebastião em Alcácer-Quebir. A segunda é de interesse local, limitadíssimo — o descobrimento da Ilha da Madeira, com os mil pormenores históricos e genealógicos que lhe respeitam. São crónicas, mais interessantes pelos informes do que por qualquer fulguração de beleza; nem a primeira sabe comunicar-nos a emoção de tragédia da morte do rei, nem a segunda atenua a sua aridez com um afofo sequer da frescura paradisiaca da paisagem madeirense.

Pelo que respeita ao poema de Vasco de Quevedo, *Afonso Africano*, já sabemos que é uma obra de edificação cristã, pôsto que, elaborada por quem ou exercia ou estimava a profissão das armas, resulte um compromisso entre o interesse militar da descrição do cerco e o interesse religioso do significado em que tudo é transposto. Se D. Afonso V é o libertador de uma alma na posse de Satanás, não o será apenas porque o

...Reino ilustre mais feliz que todos  
Que em mártires de Cristo está fundado,

é, por seu turno, o *alferes da Fé* que por todos os continentes estava implantando a Cruz libertadora?

Ecoa no poema de Vasco Mousinho o apostolado dos *Lusíadas*:

E já que tanta glória nos resulta  
(Além da obrigação) desta conquista,  
Contra o mouro infiel, que bravo insulta,  
Portugal todo em valor assista.

Esta investidura de Portugal na alta missão de apostolado católico e combate ao infiel, cujo cumprimento implicava, pelo menos, a relativa independência que Felipe II jurara respeitar, é ideia dominante na *Malaca Conquistada*, de Francisco de Sá de Meneses.



## A ÉPICA PORTUGUÊSA SOB OS FELIPES

O poeta, que anos depois de o escrever, por virtude da morte da esposa professa em S. Domingos de Benfica, já ao tempo da sua elaboração sublimava a história portuguesa, que tão bem conhecia e de que tão excessivamente sobrecarregou o poema, num esforço heróico no sentido de no mundo *dilatar a lei da vida eterna*. Porisso, na empresa da conquista de Malaca por Albuquerque, estão contra nós as potências do Inferno, e por nosso lado os auxílios do Céu. Quando a armada ia a caminho de Malaca, provoca *Asmodeu* um naufrágio, em que desaparece o jovem guerreiro *Garcia*. *Titônia*, princesa de Catai, espécie de *Diana caçadora*, que no poema, de urdidura mais tassista do que camoneana, representa a *Armida*, da *Jerusalém liberata*, prende-o, como aquela a *Rinaldo*, nos seus feitiços amorosos, obliterando-lhe, na existência paradisíaca, os deveres de guerreiro e de cristão. O poema é dedicado à *Nobreza Lusitana*, para que ela continue a actividade heróica dos seus antepassados. Não o diz o poeta, mas deixa-no-lo adivinhar que, tal o jovem Garcia, também ela andava presa dos feitiços orientais... Por isso, pela voz de *João de Sousa*, a quem o sábio *Etol*, astrólogo e adivinho, guia ao encontro de companheiro perdido de amor, assim lhe prega:

De Cristo prometeste ser guerreiro,  
Não de Amor, que em ti põe nódoa feia.  
Acorda, namorado cavaleiro,  
Do sono que de teu valor te alheia!  
Ressuscite o desejo que primeiro  
Ardeu nessa alma então de fé tão cheia;  
Vamos onde Albuquerque a ti só aguarda,  
E o Céu vitórias mil para ti guarda.

Resulta claro o intuito do poema, a um tempo religioso e patriótico. É o apostolado do heroísmo cristão, dirigido aos epígonos dos guerreiros da África e do Oriente:

E vós, ó ramos das heróicas plantas,  
Que floresceram, derramando glórias,  
Por todo o orbe e, contra invejas tantas,  
Triunfam do tempo e morte suas memórias,  
Atentos contemplai as acções santas,  
Assuntos imortais de altas histórias,  
E de tantas virtudes invejosos,  
Imitadores nos fazei famosos.

Como simbólico remate de uma obra de exaltação de virtudes guerreiras e cristãs que nos deram a Independência na Espanha e largos domínios no Mundo, consagra Sá de Meneses as estrofes finais à conversão de *Glaura*, logo seguida da aparição do *Custódio* a Albuquerque. Convida-o a olhar o Céu, e o herói contempla



## REVISTA DE GUIMARÃES

*as idéias imortais daqueles que por êle a vida deram.* A celestial falange, auxiliada por anjos, repele em derrota, para as trevas do horizonte, a multidão infernal comandada por *Asmodeu*...

Mas não se contenta o génio nacional de por êste modo traduzir a sua profunda consciência de uma personalidade colectiva que pretendia manter-se viva e forte, capaz de continuar a missão em que era sua fé ter sido investida pela Providência. Há poemas que evocam lutas com Espanha e exaltam os heróis portugueses que por elas fundaram ou consolidaram a independência da pátria. E isto sucede nos mesmos poemas de assunto mais recuado, como a *Ulissêa*, de Gabriel Pereira de Castro, e a *Ulyssipo*, de António de Sousa de Macedo.

Um e outro se inspiram na lenda da fundação de Lisboa por *Ulisses*. A *Ulissêa*, de Castro, que o autor começou a compor quando ainda, ao alvorecer do século, freqüentava a Faculdade de Leis, por entre a série de episódios que só lhe custavam o trabalho de lhes dar forma elegantíssima, pois os aproveitou da mitologia homérica, leva-nos com o herói ao Inferno, onde não vemos apenas as imagens clássicas do conhecimento de todos os cultos. Lá se encontram igualmente as que representavam

Os Reis... que irão pelo Oceano,  
Té ver do Sol doirado a ígnea cama,

e por cujo poder

...ao famoso Tejo ufano,  
(Escurecendo tôda a antiga fama)  
Ajoelhados de longe, o mar abrindo,  
A mão virão beijar o Gange e o Indo.

A armada passa o Estreito, onde *Atlante o Céu sustenta luminoso*. Aqui uma voz de gigante, da linhagem camoniana do *Adamastor*, vibra indignadas profecias que anunciam as nossas futuras conquistas africanas.

Depois, é o *Tejo*, que, emergindo dos seus Paços subaquáticos, faz saber ao herói, pela boca de *Legela*,

Como abriria a lusitana gente  
O mar té às roxas portas do Oriente.

E seguem-se as lutas entre gregos e lusitanos, em que a imaginação do poeta encontrou quasi tudo feito pela imaginação não menos viva nem menos livre dos historiadores contemporâneos. Fixemos apenas a descrição dos labores do escudo de *Ulisses*, forjado por *Vulcano*. Aquêle em que mais se compraz é o que representa... os portugueses combatendo os castelhanos:

## A ÉPICA PORTUGUÊSA SOB OS FELIPES

Noutra parte a escultura representa  
Uma grande batalha onde se via  
Que a gente portugueza se apresenta  
Contra a que em grande número excedia:  
Cum desigual partido se sustenta,  
Té que trocando em mêdo a ousadia,  
O castelhano foge profligado  
Ao inimigo, a vencê-lo acostumado.

Ali o Mestre de Avis está abraçando  
O soldado, que a facha lhe tomava  
E, a afronta recebida compensando,  
A mesma afronta com seu sangue lava,  
E por vingar-se, o campo atravessando,  
Té render o inimigo não parava,  
Entregando, por mais honrosa prêsa,  
A bandeira espanhola à portugueza.

Não ocultemos que, no fim do poema, o Dr. Gabriel Pereira de Castro compensa o rei espanhol do melindre de uma evocação que êle julgaria menos oportuna. Faz-lhe uma grande reverência de despedida, chama-lhe *filho do Júpiter de Espanha*, que tem um mundo numa só cidade, e diz-lhe que dêle

Treme o Inglês, o Belga, o Otomano,  
E, partindo convosco a Monarquia,  
Lhe ficará, no Olimpo, onde se encerra,  
A Júpiter o céu, a vós a terra.

Mas das homenagens desta natureza estava o leitor já informado. O que se tem pôsto menos de manifesto é o que, simultâneamente, os poetas que as prestavam iam dizendo da sua história e do seu povo, é a insinuação e o avivamento de um espírito de orgulho nacionalista que podia, de momento, dobrar-se nas zumbalas da submissão, mas que por tal processo, como o aço, se ia temperando para o futuro resgate, sem isso menos fácil.

Já foi suficientemente notado que em plena dominação felipina saiu à luz pública, como ressuscitado no vigor de todo o ímpeto anti-castelhano e na pormenorição de tôda a biografia em que o manifesta, o *Condestabre de Portugal*, de Rodrigues Lôbo? Visa o poema à exaltação da Casa de Bragança e do herói seu fundador — Nunálvares. Salvo um que outro episódio ornamental, criado por uma imaginação mais influída de romanesco medieval do que de mitologia clássica, Rodrigues Lôbo contenta-se de emprestar à narrativa cronológica a fluência fácil do seu ritmo

## REVISTA DE GUIMARÃES

poético, a sonoridade das suas rimas. Lógicamente, segundo o título o impõe, a vida do Condestável, aliás cronologicamente seguida em todo o seu histórico desenrolar, nenhum falta dos episódios da sua actividade militar, como da divina convivência do seu misticismo. Nem falta o discurso que Camões lhe põe nos lábios, em vésperas de Aljubarrota:

Quando a falar se move aquêlê ousado  
E claro defensor da pátria sua,  
Para o Rei entre os outros eclipsado,  
Como anteposta ao sol costuma a lua;  
Só da cabeça o elmo desarmado  
E da manopla a mão direita nua,  
De sangue as armas tintas e na espada  
A valerosa mão como apunhada.

Como, Senhor, (dizia) e pode tanto  
O temor entre os vossos tão valentes?

.....  
Êsse nome que tendes adquirido,  
E êste reino que tendes conquistado,  
Como vos virá a ser restituído,  
Se agora (o céu não queira!) fôr tomado?  
.....

.....  
Animo, bom Senhor! Ponde a ventura  
No vosso esforço e em nosso nome antigo;  
Dai luz a essa vã sombra, fraca e escura,  
E não creais ao rosto do perigo.  
O céu vos ama, o céu vos assegura,  
O contrário vos busca, e eu me obrigo  
Que veja na batalha o desengano,  
Que quem busca o não seu, busca seu dano.

.....  
E vós, ó portugueses valerosos,  
Só nas palavras curtos e atalhados,  
Tanto neste conselho duvidosos,  
Como contra êle em armas esforçados;  
Não tira o ser discretos cautelosos,  
Serdes, como vós sois, fortes e ousados,  
Mas tira ao nosso Rei uma alegria  
Do desejo e valor que em vós confia.



## A ÉPICA PORTUGUÊSA SOB OS FILIPES

Quantos estais aqui que, nesta empresa,  
Seguindo o mesmo amor que a mim me obriga,  
Com forte e pouca gente portuguesa  
Mor número vencestes da inimiga?  
Não tendes inda a mesma fortaleza?  
Não sustentais a mesma fama antiga?  
Se em várias partes já todos vencemos,  
Juntos, em guerra, aqui porque tememos?

Não afronteis ao nome que ganharam  
Os famosos avós donde viestes,  
Que ao mauritano bárbaro tomaram  
As terras que atégora defendestes;  
Sustentai-as com a honra que as deixaram  
E com a que depois por vós lhes destes,  
Não se vá gloriando um campo armado  
De achar Rei português desamparado.

Não deixeis os sepulcros levantados  
De vossos imortais progenitores,  
Para de inimigos pés serem pisados,  
De que eles foram sempre vencedores;  
Ou levemos os nomes, que enterrados  
Ouço gritar com vozes e clamores,  
Que eles pelejaram mais de vontade  
Por nossa honra e sua liberdade.

Por não irmos tão sós, vamos com eles,  
E achareis os inimigos que vêm sós,  
Porque não pode haver mais força neles  
Que enquanto nós faltar esforço a nós;  
Com mais frio temor vêm os mais deles,  
Do que mostrais no rosto alguns de vós,  
Nem é tão grande a fúria da tormenta  
Como o temor e a pressa a representa.

Porém se esta razão desamparades  
Seguindo outros conselhos fementidos,  
Deixando a vosso Rei, não por covardes,  
Mas de vosso valor grande esquecidos,

## REVISTA DE GUIMARÃES

Ou se êle quiser ir aonde o levardes,  
Por caminhos incertos e perdidos;  
Eu só com os meus, com esta, e sem receio  
A pátria livrarei do jugo alheio.

Quem encontra o seu Rei se lance à parte  
Do contrário, por medo ou por respeito,  
Mostre seu poder todo, esforço e arte  
Contra o valor dos meus e o dêse pelto;  
Antes se perca a vida em mãos de Marte,  
Que a minha pátria e reino ver sujeito.  
— Morreu Nunálvres!... — ouça o mundo todo;  
Conte a fama porquê e de que modo.

(CANTO XIII)

Não me desculpo da longa transcrição. É eloquentíssimo o trecho, se não pelo poder subjugador da emoção que transmite, ao menos pelo significado que as circunstâncias lhe emprestam. É evidente que, do ponto de vista do interesse espanhol, não era a mais oportuna a lição de Nunálvares, expressa no exemplo como nas palavras.

Evocá-la num poema, fôssem quais fôssem as manifestações de exterior aceitação dos factos consumados, era procurar manter sempre presente, sob as aparências da união, o fundo de divergências:

Antes se perca a vida em mãos de Marte,  
Que a minha pátria e reino ver sujeito.

Palavras destas, mesmo quando proferidas no intervalo das homenagens da *fidelidade* ao rei estranho, mesmo quando se queira restringir ao passado a sua significação, constituem sementes de espírito revolucionário, que o futuro fará eclodir.

O futuro!

Mas as perspectivas do futuro eram, tanto como as evocações do passado, animadoras da aspiração autonomista. É sabido como a historiografia do tempo aceitava como autênticas, reproduzia como infalíveis as promessas que Cristo teria feito a Afonso Henriques, na véspera da batalha de Ourique. Daí surgiu, como a árvore do grão de mostarda, o sonho magnífico do *Quinto Império*, gaguejado nas trovas do Bandarra, sustentado pela formosa e eloquente dialéctica do P.<sup>e</sup> Vieira.

Fôsse D. Sebastião reaparecido ou ressuscitado, fôsse qualquer outro, um rei havia de vir tornar possível a realização da divina promessa — a congregação, por Portugal, de todo o orbe, sob o reinado definitivo de Cristo.

## A ÉPICA PORTUGUÊSA SOB OS FELIPES

Um largo sôpro de imaginação fecundava para mitos idênticos a história como a poesia. A história, por vezes, falta apenas a rima e a maior regularidade do número para ser poema; por seu turno, a poesia de nada mais precisa, em páginas e páginas, do que de prescindir de uma e outra, para ser a eloqüente e imaginosa crônica da *gesta heroica*, em que a história essencialmente consistia. Uma e outra rebuscavam no passado, no mesmo anseio de estremecimento épico, as façanhas de uma nação que se cria particularmente assistida da graça do Alto.

Uma e outra se aliavam ao profetismo contemporâneo, na radicação da crença no grandioso futuro do povo que Deus destinara a *dilatar* ao mundo inteiro a *lei da vida eterna*. Por ambas, conseqüentemente, quer na miragem magnífica das glórias vindouras, quer na evocação, que a sugeria, das glórias de antanho, os espíritos se evadiam da mesquinhez contemporânea da realidade.

¿Será grande erro de interpretação sentir no poema de Sousa de Macedo — *Ulyssipo* — projectar-se um vago luar desta crença?

Não vale a pena salientar os outros aspectos por que o livro se integra na literatura exaltadora de espírito nacionalista, e converge com a restante obra do autor no mesmo significado essencial. É sabido que Sousa de Macedo publicou em 1631 as *Flores de España, Excelencias de Portugal*, a que já nos referimos como o livro de mais desmesurado orgulho patriótico que se escreveu sob os Felipes — que em nenhum tempo em Portugal se escreveu. Em 1641 há-de publicar, em latim, a *Lusitania Liberata, ab Injusto castellanorum jugo*, justificação jurídica do movimento revolucionário que nos libertou de Espanha. O poema interpõe-se entre os dois livros, como expressão da mesma atitude. O erudito, o poeta e o jurisconsulto têm a fraternizá-los a comunhão dos mesmos interesses mentais e emotivos — os suscitados pela pátria a libertar, ou a defender depois de liberta...

Como no poema sobre assunto idêntico de Pereira de Castro, também neste se recorre à profecia para a exposição exaltadora da história da capital e da nação. É claro que tal história é a história poética vulgarizada por Fr. Bernardo de Brito — a mesma galeria de reis a começar em Túbal, neto de Noé, e sem lhe faltarem os que a historiografia nacional foi buscar à mitologia clássica — como Baco e Hércules. Como nos tempos das *Canções de Gesta*, é íntimo, como já sabemos, o parentesco entre a crônica e a poesia; o cronista e o poeta são dois aedos de diferente indumentária... Como nos *Lusíadas* ocorre a história de Portugal parcelada nos episódios individuais das bandeiras que Paulo da Gama mostra ao Catual, assim aqui ela se expõe nas tapeçarias que revestem o palanque, onde se celebram as núpcias do herói: Fôra *Cassandra* que inspirara os desenhos proféticos, que só agora tomavam sentido. Depois de Viriato, Fuas Roupinho, Martim de Freitas e outros, lá vem Nuno Álvares:

          Chegai a ver a maravilha estranha  
Que a fama espera, a natureza admira,  
          Cujo braço já teme a forte Espanha,  
          Só Lusitânia seu valor suspira...

(CANTO XII)



## REVISTA DE GUIMARÃES

O que, porém, constituirá a novidade do poema, sob o ângulo visual a que o estamos analisando, é o sonho de *Ulisses*, depois de ouvir de um velho venerando a história da terra a que acabava de aportar:

Surge-lhe, radiosa, a ninfa *Galateia*, que o conduz sobre a água como sobre cristal, até o maravilhoso palácio do *Tejo*. Um mapa se ostenta, em que a *Ninfa*, que parece ter ouvido a *Tétis* na *Ilha dos Amores*, mostra ao herói as diferentes partes do mundo e o futuro que os Fados lhes destinam. Essas partes do mundo, agora separadas,

Um as outras se verão unidas,  
Quando dos teus os feitos singulares  
Abrirem porta a nunca vistos mares.

Vê, grego, como ao mundo com porfia  
Seu claro império dominar contende,  
Atendendo à formosa monarquia  
A quanto a terra, a quanto o mar se estende,  
Pois donde nasce e aonde morré o dia  
A seu justo poder tudo se rende;  
Aos antípodas chega e a mais chegara,  
Se a grande esfera a mais se dilatará.

Isto, porém, estava dito, e não é preciso ouvido muito adestrado para sentir nos últimos versos um eco da grande voz de Camões... Mas a *Ninfa* não dá por finda a sua missão de dilatar perante *Ulisses* as perspectivas do futuro. Gulando-o para onde se encontrava o *Tejo*, diz-lhe:

Vem; os casos verás que vaticina  
A junta que mostrar-te já desejo.  
Eu fio que te anime ao que te falta,  
Para subires à região mais alta

¿Que *junta* é que a *Ninfa* deseja mostrar? ¿E para que o *animará* ela?  
¿Que *lhe falta* para subir a uma *região mais alta*?

Prossigamos:

O herói vê o rio que banha Lisboa rodeado do *claro esquadrão dos rios lusitanos*. | *Dilatava-se em quadro a grande sala* | *que... as húmidas deidades recebia*. Estavam, com efeito, ali presentes, de visita ao *Tejo*, todos os rios mais conhecidos da Europa e do mundo, cada um *trazendo por gala* | *o que suas ribeiras produzia*. Depois das misteriosas palavras dos versos citados, espera-se ouvir dos rios estranhos ou do lusitano, que os recebe, qualquer coisa que lhes dê significação.

## A ÉPICA PORTUGUESA SOB OS FELIPES

Mas eis que surge *Aegle*, a esposa do *Tejo*. Quando o herói se aproxima para lhe contemplar de perto a formosura que o deslumbra,

Foi do sonho à vida restituído

.....  
E se encontra nas tábuas [do navio] recostado.

O mistério das palavras da *Ninfa* continua cerrado à nossa curiosidade.

¿É a independência política *que falta* para que o herói *suba a uma região mais alta*? ¿E a presença dos rios estranhos, é a representação plástica do reconhecimento que os vários países darão à nossa autonomia reconquistada? ¿Ou porventura será *região mais alta* aquela de onde se há-de ver Lisboa, não apenas dominando, como já domina, incontáveis cidades, *do mais remoto China* | *À praia ocidental que banha o Tejo*, mas recebendo os representantes de todos os países, com o prestígio da hegemonia sobre o mundo inteiro, enfim unido no império universal da Cruz, cuja construção lhe foi confiada por Deus?

De um modo ou de outro, o poema de Sousa de Macedo tem significado impressionante. Publica-o o autor em 1640. No último mês desse ano, rebentava a revolução que nos restituiu o comando dos nossos próprios destinos. Se o sonho de Macedo foi o do *Quinto Império*, bem se pode dizer que teria acordado dele como o seu herói, sentindo sob o corpo as tábuas oscilantes e duras do navio...

Fosse ou não, o que importa é concluir que nos seus versos continua aceso o mesmo espírito de exaltação autonomista, persistente durante todo o domínio castelhano, umas vezes vestindo aparências em que parece ocultar-se, outras delirando em patriotismo megalómano; sempre, todavia, impedindo que a dependência política se convertesse em absorção espiritual.

A revolução de 1640 durou breves horas e foi quasi incruenta. O espírito de escol não podia estar mais preparado. Se a orientação política da Espanha parecia ter como objectivo provar *experimentalmente a verdade instintiva* da necessidade da independência, a pedagogia realizada pela literatura, durante os 60 anos de submissão e dentro dos limites impostos pelas circunstâncias, foi-a mantendo viva, impondo-a como postulado do nosso próprio destino ou como necessária conclusão de uma omnimoda superioridade em que todos acreditavam.

A divergência de destinos que nos separou de Castela foi vantajosa para a história da civilização. De costas voltadas para a Meseta e para a sua política mediterrânea e europeia, abrimos ao dinamismo espiritual e prático da Europa a vastidão do Mundo. Se a nossa independência tem nesse facto a sua principal justificação, louvemo-nos de quanto tenhamos feito para a conquistar, para a recuperar, ou para a manter, sem mesmo desprezar a parte com que a erudição delirante dos historiadores ou a fantasia engenhosa dos poetas, dela nutrida, para isso tenham contribuído.